

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Divulgação



Giordano: medida vai gerar aumento de preços

Shoppings: governo tem que compensar fim da 6 por 1

Conselheiro da Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasca), Vander Giordano afirma que o governo federal precisa definir qual será a compensação para uma redução na jornada de trabalho e o fim da escala de seis por um.

Segundo ele, o debate é importante, está relacionado a mudanças no mundo do trabalho. Mas frisa que a redução vai gerar um aumento de custos se não houver medidas compensatórias.

Esses reajustes, ressalta, terão que ser repassados para os preços de produtos e serviços. Isso, diz, afetaria até mesmo prefeituras que pagam por serviços terceirizados em áreas como limpeza, saúde e segurança.

Trabalhadores

De acordo com o executivo, a discussão ocorre num momento em que os shoppings discutem a ampliação de seu horário de funcionamento para conseguirem se adequar a novas rotinas dos consumidores.

Giordano lembra que o setor emprega três milhões de pessoas em 654 shoppings do país. São lojistas que utilizam dois turnos de trabalho — de 10h às 16h e de 6h às 22h. Uma redução na jornada impactaria esses horários.

Billy Boss/Câmara dos Deputados



Reginaldo Lopes é autor de uma das PECs

Sem pressa

Giordano ressalta que, diferentemente da indústria, já muito automatizada, shoppings precisam de trabalhadores para que possam funcionar.

Lembra que o debate ocorre quando ninguém sabe ao certo o valor da alíquota do IVA, o futuro imposto único aprovado na reforma tributária.

Para ele, a discussão não deveria ocorrer com tanta pressa, num ano eleitoral. Destaca que uma das propostas de emenda constitucional, a do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), foi apresentada em 2019.

Sem engano

O conselheiro da associação de shoppings admite que políticos não vão votar contra a proposta, mas insiste na necessidade de o governo apresentar uma proposta de compensação. Se isso não acontecer, afirma, o trabalhador será enganado — trabalharia menos, mas, com o repasse aos preços, teria que suportar uma diminuição do seu poder de compra.

Gol de Zema

Um integrante do entorno de Romeu Zema (Novo), comemora o bate-boca dele com o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal. Diz que o ex-governador mineiro, pré-candidato à Presidência, está conseguindo capitalizar como nenhum outro o momento de desgaste do STF.

Sem crise

Ao provocar o STF, Zema corre praticamente sozinho num campo delicado para possíveis adversários. Lula deu algumas estocadas para tentar se desassociar da corte, principalmente de Alexandre de Moraes; o PT fala em código de ética os ministros. Mas o presidente acha melhor não iniciar uma crise.

Passado e futuro

Flávio Bolsonaro também tem evitado esticar a corda com o STF. Dias Toffoli quebrou seu galho em 2019, quando suspendeu investigações que usavam dados do Coaf sobre rachadinhas no gabinete do então deputado estadual. E caberá a Moraes definir se Jair Bolsonaro continuará em prisão domiciliar.

Royalties

Governador em exercício do Estado do Rio, o desembargador Ricardo Couto tem falado com ministros do STF para tentar convencê-los a não mexer na distribuição dos royalties do petróleo. Uma mudança quebraria de vez as finanças do estado, que perderia R\$ 8 bilhões por ano. Municípios fluminenses ficariam sem R\$ 13 bilhões.

Dia 6

Estados e municípios que não recebem os royalties querem ficar com parte do que é arrecadado pela exploração de petróleo na região oceânica de, principalmente, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. Em 2012, a ministra Cármen Lúcia paralisou o julgamento, que será concluído no próximo dia 6.

Outros estados

Couto esteve duas vezes em Brasília, conversou com Gilmar Mendes e Edson Fachin — este, presidente da corte. E tem ligado para outros integrantes do STF. Royalties, indenizações por problemas causados pela exploração, também são pagos a estados produtores de minérios em terra, como Minas e Pará.



Douglas entende que tem o direito de assumir governo

Presidente da Alerj pede ao STF governo do Rio

Após eleição, Douglas Ruas reivindica o cargo

Por Beatriz Matos

O embate político no Rio de Janeiro (RJ) ganhou um novo capítulo após o presidente da Assembleia Legislativa, Douglas Ruas (PL), acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) para assumir imediatamente o governo do estado.

O pedido, protocolado na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 7.942), tenta reposicionar a linha sucessória em meio à crise institucional provocada pela dupla vacância no Executivo fluminense.

Atualmente, o comando do estado está nas mãos do presidente do Tribunal de Justiça, o desembargador Ricardo Couto, que assumiu por determinação do próprio STF após a renúncia do agora ex-governador Cláudio Castro (PL). A situação excepcional ocorreu porque, além da saída do chefe do Executivo, o estado também estava sem vice-governador e sem presidente da Alerj.

A estratégia de Douglas Ruas se apoia na própria eleição dele para a presidência da Alerj, realizada no último dia 17, considerada pela Mesa Diretora como um “fato novo” capaz de alterar o cenário. A Constituição estadual prevê que, em caso de dupla vacância, o presidente da Assembleia deve assumir o governo interinamente.

O professor de Direito Elei-

toral Alberto Rollo reforça essa interpretação ao destacar que “a Constituição do estado do Rio dispõe que, no caso de vacância dupla, o primeiro na ordem de sucessão é o presidente da Alerj”. Apesar disso, ele pondera que o desfecho não depende apenas da leitura da norma, mas da decisão do STF, que ainda não se manifestou sobre o novo pedido.

O julgamento no Supremo, relatado pelo ministro Luiz Fux, segue travado após pedido de vista do ministro Flávio Dino. Até a interrupção, o placar indicava maioria favorável à realização de eleição indireta para escolha do novo governador.

Para o professor de Direito Clever Vasconcelos, do Ibmecc-SP, o cenário jurídico é mais direto do que o impasse sugere. “Se há Presidente eleito regularmente pela Alerj, sem qualquer condição que o desabone juridicamente a isso, ele deve assumir interinamente o cargo de governador”, afirma. Segundo ele, “não há vácuo constitucional nesse sentido, pois a norma é autoaplicável”.

Nos bastidores, o movimento do presidente Douglas Ruas também é lido como uma tentativa de acelerar uma definição no STF. Para Alberto Rollo, no entanto, esse tipo de estratégia tem limites claros.

“Entendo que a Corte não tem histórico de se submeter a pressões políticas”, afirma.